

Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
Leonardo Batista Pedroso
(Organizadores)

Geografia, Ensino e Construção de Conhecimentos



Atena
Editora

Ano 2021

Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
Leonardo Batista Pedroso
(Organizadores)

Geografia, Ensino e Construção de Conhecimentos



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Geografia, ensino e construção de conhecimentos

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
Leonardo Batista Pedroso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia, ensino e construção de conhecimentos /
Organizadores Fernanda Pereira Martins, Raquel Balli
Cury, Leonardo Batista Pedroso – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-968-4

DOI 10.22533/at.ed.684210904

1. Geografia. I. Martins, Fernanda Pereira
(Organizadora). II. Cury, Raquel Balli (Organizadora). III.
Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A escola se traduz enquanto um espaço plural, onde o conhecimento manifesta-se de diferentes maneiras, sejam elas provenientes de experiências e vivências, bem como de aspectos teórico-metodológicos e técnicos de cada área do conhecimento.

A Geografia, não obstante da importância das demais disciplinas, destaca-se pela notoriedade quanto à visão crítica do mundo, fruto da compreensão das dinâmicas inerentes ao espaço geográfico. Discutir Geografia é, antes de tudo, discutir o espaço vivido, transformado, particular e plural. As experiências deste vasto mundo não se segregam daquelas praticadas no ambiente escolar. Muito pelo contrário, este é apenas um dos fragmentos do espaço geográfico onde materializam-se questões culturais, étnicas, econômicas e sociais como um todo.

Diferente dos demais espaços onde os aspectos geográficos são moldados, a escola representa essa construção, mas também a sua compreensão e abstração. Adornar criticamente a visão que temos do mundo é uma das funções delegadas ao ambiente escolar, cerne da construção do conhecimento.

Essa visão romântica e até mesmo quase poética da ciência geográfica é a tradução simples da complexidade de relações que essa ciência nos proporciona no cotidiano escolar.

Este livro está constituído por 18 capítulos, que remontam distintas experiências neste contexto supracitado, cada qual com sua expertise e contribuições epistemológicas.

Esperamos que os relatos, conhecimentos e experiências apresentados aqui sejam de grande valia para a construção de saberes e enriquecimento da Geografia brasileira. Que seja uma leitura agradável e profícua.

Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
Leonardo Batista Pedroso

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A GEOGRAFIA HUMANA E SUAS PAISAGENS: DIAGNÓSTICO PARA O FORTALECIMENTO DA MARCA IFG, CAMPUS GOIÂNIA, GO

Anna Lara Rodrigues
Bruna Martinelle Cyrillo da Silva
Gabriel de Araújo Fonseca
Fábio Carvalho
Júlia Lopes Machado
Júlio César Caixeta
Lídia Milhomem Pereira
Lucas Alves de Santana Garcia
Tallyson da Silva Santos Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.6842109041

CAPÍTULO 2..... 15

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Severino Alves Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.6842109042

CAPÍTULO 3..... 24

A PERCEÇÃO DOS ENTES FEDERADOS QUANTO A VISIBILIDADE EDUCATIVA MEDIANTE A BNCC COM FOCO NA GEOGRAFIA NOS ANOS FINAIS

Bernadeth Luiza da Silva e Lima

DOI 10.22533/at.ed.6842109043

CAPÍTULO 4..... 36

ABORDAGEM DA TEMÁTICA GEOCONSERVAÇÃO/PATRIMÔNIO GEOLÓGICO PELO DOCENTE DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL BÁSICO

Karlos Augusto Sampaio Junior
Adriana Oliveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.6842109044

CAPÍTULO 5..... 48

COMO É REPRESENTADO O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Antuerber Arthur Alves Farias da Luz

DOI 10.22533/at.ed.6842109045

CAPÍTULO 6..... 58

ENSINAR EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM EM SÃO GONÇALO: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Ana Claudia Ramos Sacramento
Guilherme Freitas Hartmut Behm

DOI 10.22533/at.ed.6842109046

CAPÍTULO 7	75
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA Gabriel de Miranda Soares Silva DOI 10.22533/at.ed.6842109047	
CAPÍTULO 8	83
OFICINAS LÚDICAS COMO APORTES DO ENSINO DA GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MONTES CLAROS – MG Iara Maria Soares Costa da Silveira Túlio de Oliveira Ruas DOI 10.22533/at.ed.6842109048	
CAPÍTULO 9	92
RELEVO E ENSINO: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA GEOGRAFIA ESCOLAR EM MANAUS-AM Carlos Silva da Costa Brito Miguel Sá de Souza Brito Adorea Rebello da Cunha Albuquerque DOI 10.22533/at.ed.6842109049	
CAPÍTULO 10	102
A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À CIDADE Glória da Anunciação Alves DOI 10.22533/at.ed.68421090410	
CAPÍTULO 11	110
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: A DESARTICULAÇÃO E DESAGREGAÇÃO TERRITORIAL NOS FAXINAIS DO PARANÁ Reinaldo Knorek Ancelmo Schörner Rui Pedro Julião Carlos Alberto Marçal Gonzaga DOI 10.22533/at.ed.68421090411	
CAPÍTULO 12	122
ESTIMATIVA DA TEMPERATURA DA SUPERFÍCIE DO MAR VIA SENSORIAMENTO REMOTO E DETECÇÃO DO FENÔMENO DE RESSURGÊNCIA, UMA COMPARAÇÃO ENTRE MARROCOS E PORTUGAL Thyago Anthony Soares Lima DOI 10.22533/at.ed.68421090412	
CAPÍTULO 13	139
LAGO DO REMANSO, CONHECER PARA PROTEGER Angela Maria Correa Mouzinho Santos Alexsandra Maura Costa Bernal Martin João Pedro Araújo Silva Daniel Cutrim Aires	

Ronilson Lopes Brito
Vagner de Jesus Carneiro Bastos
DOI 10.22533/at.ed.68421090413

CAPÍTULO 14..... 155

MIGRAÇÕES E O AUMENTO DO NÍVEL DO MAR: O CASO DOS ESTADOS DAS ILHAS ATOL

Gabriela Mendonça da Trindade
João Vitor Cepinho
Gabrielly Zuquim Ferreira Pereira

DOI 10.22533/at.ed.68421090414

CAPÍTULO 15..... 167

OLHARES SOBRE A MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS EM CUIABÁ-MT

Sônia Regina Romancini
João Marcos de Campos Barros Corrêa
Franciellen de Almeida Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.68421090415

CAPÍTULO 16..... 178

POLÍTICA DE ATRAÇÃO DE INDÚSTRIAS NA BAHIA E OS PROGRAMAS DE INCENTIVO FISCAL NA DÉCADA DE 1990

Vanessa da Silva Vieira

DOI 10.22533/at.ed.68421090416

CAPÍTULO 17..... 187

REVITALIZAÇÃO DO CÓRREGO BARRO ALTO

Maria Ivanúbia de Queiroz
Edna Sousa Nunes
Izabel Liandra Pereira Meireles

DOI 10.22533/at.ed.68421090417

CAPÍTULO 18..... 196

TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+: POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DAS MORTES, DO MEDO E DAS RESISTÊNCIAS CONSTRUÍDAS POR CORPOS DISSIDENTES

Wilians Ventura Ferreira Souza
Carlos Alberto Feliciano

DOI 10.22533/at.ed.68421090418

SOBRE AS ORGANIZADORES..... 207

ÍNDICE REMISSIVO..... 208

POLÍTICA DE ATRAÇÃO DE INDÚSTRIAS NA BAHIA E OS PROGRAMAS DE INCENTIVO FISCAL NA DÉCADA DE 1990

Data de aceite: 01/04/2021

Vanessa da Silva Vieira

Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
Feira de Santana - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/6122121541899786>

RESUMO: Apontar as relações e contradições existentes entre a política de atração de indústrias da Bahia e os programas de incentivo fiscal, na década de 1990 é o objetivo deste estudo. Para tanto, selecionamos como recorte espacial a Bahia e como recorte temporal a década de 1990, por dois motivos: 1) a retomada da descentralização política-administrativa, estabelecida pela Constituição Federal de 1988, a qual concedeu maior autonomia às esferas governamentais subnacionais, para o gerenciamento dos tributos; 2) a definição das bases para a verticalização da indústria baiana, via atração de empreendimentos destinados à produção de bens finais, especificamente a indústria automotiva. O objeto do estudo foi o Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA) e programas de incentivos setorializados, instituídos ao longo da década de 1990, a exemplo do PROAUTO. Do ponto de vista geográfico, a discussão ressalta as imbricações e limitações existentes no uso do território, quando feito de acordo aos interesses corporativistas, políticos e econômicos. Em termos de conclusão, destacam-se três aspectos:

a) a fragilidade do discurso sobre a relação entre os custos (sociais, ambientais, econômicos) e os benefícios (geração de emprego); b) o custo aos cofres públicos no processo de atração das indústrias; c) o leilão do território como barganha para um lugar no Éden na globalização da economia.

PALAVRAS - CHAVE: Bahia; PROBAHIA; incentivos fiscais e territoriais; uso do território.

POLICIES TO ATTRACT INDUSTRIES IN BAHIA AND FISCAL INDUCEMENT PROGRAMS IN THE 1990'S

ABSTRACT: The aim of this study is to point out the relations and contradictions between the policies to attract industries in Bahia and the tax inducement programs in the 1990s. To this end, we selected Bahia as space frame and as temporal frame the 1990s, for two reasons: 1) the resumption of political-administrative decentralization, established by the Federal Constitution of 1988, which granted greater autonomy to subnational government spheres for the management of taxes; 2) the definition of the bases for the verticalization of the Bahian industry, through the attraction of enterprises destined to the production of final goods, specifically the automotive industry. The object of the study was the Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia and sectorized inducement programs, instituted throughout the 1990s, like PROAUTO. From a geographical point of view, the discussion highlights the complications and limitations existing in the use of the territory, when conducted in accordance with corporate, political, and economic interests. In terms of conclusion, three

aspects stand out: a) the frailty of the discourse that there is generation of employment; b) the cost to public resources in the process of attracting industries; c) the auctioning of the territory as a bargain for a place in the Eden of the globalization of the economy.

KEYWORDS: Bahia; PROBAHIA; fiscal and territorial inducements; use of the territory.

1 | INTRODUÇÃO

O Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, foi instituído pela Lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991, ainda no primeiro ano do Governo Antonio Carlos Magalhães (1991-1994). Tal programa constituiu-se numa medida institucional estratégica para a “verticalização e complexificação econômica, com vistas à produção de bens finais no próprio estado, visando a um mercado regional.” (BAHIA, 1990, p. 8). Três objetivos foram delimitados para o PROBAHIA, face a lei que o instituiu: a) promover a diversificação de indústrias, complementando a matriz industrial do Estado; b) estimular a transformação, no próprio Estado, dos seus recursos naturais, interiorizando o processo industrial e c) incentivar o aumento da capacitação tecnológica, da qualidade e produtividade dos bens do parque industrial baiano, visando a sua maior competitividade.

Conforme a própria legislação do PROBAHIA, a principal estratégia para a atração de indústrias era a concessão de benefícios fiscais, via isenção e financiamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal arrecadação tributária das Unidades Federativas. Piancastelli e Perobelli (1996) lista alguns dos benefícios fiscais concedidos via ICMS, dentre aqueles citados, tais autores apontam que a Bahia, concedia os seguintes benefícios: a) isenção setorial e b) diferimento para insumos e produtos típicos agrícola. Porém, considerando a legislação do programa em destaque, identificou-se, ainda: a) prazo diferenciado para financiamento, a depender da localização e do valor do empreendimento; b) manutenção de benefício equivalente em caso de modificações no Sistema Tributário Nacional que acarretem alterações ou extinção do ICMS; c) redução da taxa de juros sobre o imposto devido.

Para melhor abordagem do objetivo desse artigo - analisar as relações e contradições existentes entre a política de atração de indústrias da Bahia e os programas de incentivo fiscal, na década de 1990 – a discussão será realizada, considerando os três primeiros períodos governamentais em que vigorou o PROBAHIA, a saber: Governo Antonio Carlos Magalhães (1991-1994), primeiro governador eleito após a Constituição de 1988; Governo Paulo Souto (1995-1998) e Governo César Borges (1999-2002), todos do, então, Partido da Frente Liberal (PFL). No intuito de analisar os primeiros 10 anos de PROBAHIA, apresenta-se as especificidades que o mesmo assumiu, em cada um dos três períodos governamentais, dos anos de 1990, incluindo o Governo César Borges, iniciado em 1999.

2 I GOVERNO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (1991-1994)

Os programas de incentivos foram direcionados no movimento de verticalização e diversificação da base produtiva. A verticalização relacionava-se aos investimentos públicos de infraestrutura no complexo petroquímico e à diversificação relacionava-se ao fomento de novas bases produtivas no interior do estado. A Figura 1 representa espacialmente a distribuição desses investimentos.

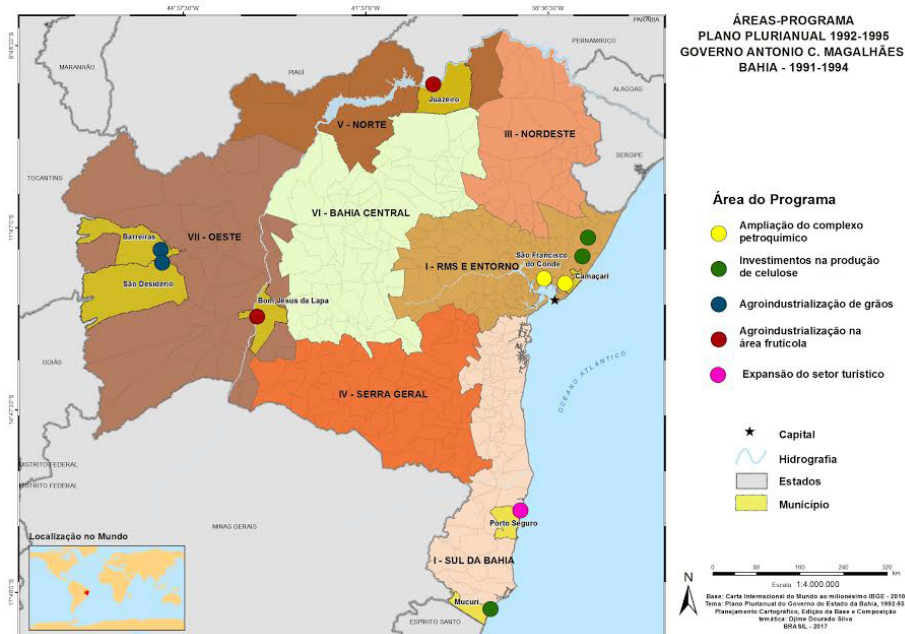


Figura 1 - Espacialização das principais áreas de investimentos - Governo Antonio Carlos Magalhães (1991-1994)

O montante de investimentos em ICMS somados aos valores financiados foram superiores a geração da receita tributária prevista. Se considerarmos as relação entre investimentos de ICMS mais financiamento e empregos diretos, conclui-se que foram necessários em 1992, mais de US\$ 152.000 (cento e cinquenta e dois mil dólares) para cada emprego gerado; em 1993, foram necessários mais de US\$ 170.000 (cento e setenta mil dólares) a cada emprego e em 1994 foram necessários mais de US\$ 135.000 (cento e trinta e cinco mil dólares) para cada emprego. Para além disso, entre 1991 e 1994 a geração de receita tributária foi sempre inferior às concessões tributárias provenientes do ICMS e dispêndio com financiamentos. Fato que tem continuidade ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 (Tabela 1)

Ano	Nº de projetos	Empregos diretos	US\$ Mil		
			Investimentos ICMS	Financiamento	Geração de receita tributária
1992	25	3.904	409.700	183.817	386.531
1993	31	1.597	189.469	84.280	170.536
1994	44	3.430	390.501	75.306	199.570
1995	24	1.159	51.616	35.954	97.142
1996	31	4.709	342.419	138.226	405.735
1997	17	1.000	341.295	164.014	402.914
1998	51	19.393	826.181	216.113	495.883
1999	26	4.026	251.153	115.886	263.757
2000	10	2.346	427.414	346.144	740.239
2001	14	853	79.748	118.427	300.073
Total	273	42.477	3.309.496	1.478.167	3.462.380

Tabela 1 Relação entre geração de empregos e investimentos via ICMS e financiamento

Fonte: Pessoti e Pessoti, 2008

A estratégia era atrair a grande empresa via isenção do ICMS a qual causaria um efeito germinador em direção a outras empresas de pequeno e médio porte e essas, impactariam, favoravelmente, a arrecadação tributária. Contrariando as expectativas da estratégia do incentivo fiscal a arrecadação de ICMS no período de 1991 a 1994 evoluiu de forma decrescente, como mostra a Tabela 2.

Arrecadação do ICMS – valores constantes (R\$1,00)	1991	1992	1993	1994
		1.992.376.894	1.851.250.384	1.002.679.929
Taxa de crescimento em relação ao anos anterior (%)	-3,67	-1,94	-1,18	-2,68

Tabela 2 Arrecadação e taxa de crescimento do ICMS1991 - 1994

Fonte: IPEA, 1996

Nos primeiros quatro anos de existência, atuou com a seguinte estratégia: quanto menores as vantagens locacionais para a implantação de indústria e mais próximo às metas das políticas governamentais de verticalização e complexificação da economia maior seriam as vantagens fiscais. Assim, as plantas industriais não localizadas na Região Metropolitana de Salvador (RMS) tiveram maior benefícios. Por exemplo, projetos localizados

em qualquer região da Bahia, destinados à fabricação de bens ainda não produzidos no estado ou projetos industriais que fossem ser instalados em regiões de baixa concentração industrial, teriam incentivo de até 75% do ICMS, durante dez anos e mais seis anos de carência também usufruiria dos mesmos incentivos. Empreendimentos com investimentos acima de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ou independente do valor do investimento, produzir efeito germinador, também usufruiria dos mesmos incentivos.

3 I GOVERNO PAULO SOUTO (1995-1998)

A continuidade do PROBAHIA foi subsidiada pela implantação de programas de incentivos setorizados, dando segmento às vantagens tributárias instituídas no período governamental imediatamente anterior. Para além disso, os incentivos territoriais foram amplamente aplicados. Nesse período foram implantados o Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica (BAHIAPLAST), instituído, pela Lei nº 7.351, de 15 de julho de 1998. Segundo dados oficiais, os estabelecimentos implantados na Bahia, direcionados à transformação de resinas plásticas poderiam ser contemplados por incentivos relativos à infraestrutura física, tais como descrito, respectivamente nos incisos I e II, do Art. 6º, da referida lei: a) terreno com área suficiente para abrigar a planta industrial, quando se tratar de novo empreendimento, assim como das atividades consideradas complementares à produção e imprescindíveis ao pleno funcionamento do empreendimento beneficiado; b) oferta, nos limites do terreno do novo empreendimento, das facilidades de infraestrutura tais como: energia, comunicação, água e acesso viário pavimentado para interligação da unidade industrial à via coletora de tráfego.

Também foram encontrados os seguintes programas: a) Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (Procomex), que financiaria em condições especiais até 8 % do valor das importações de montadoras e indústrias de veículos e autopeças, além de financiar as exportações para novas indústrias de mão-de-obra intensiva que destinem sua produção ao exterior; b) Programa de Desenvolvimento do Turismo (Proturismo), que financiaria investimentos destinados a fortalecer as áreas de turismo, esporte, lazer, artesanato, arte e transporte marítimo de pequeno porte; c) Programa de Investimento para a Modernização da Agricultura (Agrinvest), que financiaria o setor agrícola via sistema de equalização de preços.

Identificou-se, ainda, os incentivos territoriais, os quais segundo Ibañez (2005, p.64) são

[...] mecanismos de atração de empresas vias obras públicas e doações de terrenos, *em diferentes escalas governamentais*, bem como, melhoramento de vias, doações de terrenos, garantia de acesso a energia elétrica e outras benfeitorias[...] *grifo nosso*.

Esse tipo de incentivo envolveu: a) implantação, pavimentação, restauração e melhoria das rodovias estaduais, especialmente para redução dos custos de produção e para melhor condição de competitividade; b) fornecimento de gás natural a Distritos Industriais; c) ampliação e recuperação de centros e distritos industriais; d) melhoria da infraestrutura em áreas de mineração (implantação e recuperação de rodovias); e) expansão e melhoria do abastecimento de água, através de perfurações dos poços, implantação, recuperação e construção de barragens e adutoras; f) construção de açudes e barragens e f) instalação de pivôs centrais na área de irrigação. Não raro, a criação de infraestrutura apenas facilita a atuação das corporações, sejam as mesmas instaladas em áreas urbana ou rurais. Concordando com Silva (2009, p. 335), ratifica-se que a ação governamental, via uso de recursos financeiros públicos será eficiente quando o planejamento da intervenção destinar-se diretamente à “diminuição da pobreza e da miséria”, patrocinando, por exemplo, “reforma agrária” e incentivando “a ocupação e o uso do solo agrícola pelos produtores locais”. A instalação de infraestrutura e capital fixo adequado para a circulação do dinheiro é, muitas vezes, um elemento caro, para localidades ainda destituídas de recursos básicos.

Por fim, destacam-se os incentivos organizacionais, ou seja, instrumentos técnicos e/ou normativos utilizados na criação de um ambiente favorável à atração de investimentos. Santos (2006) destaca a competitividade também é manifestada nas condições locais de “ordem organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Assim, as normatizações e os instrumentos técnicos facilitadores do uso dos lugares pelas empresas são incentivos técnicos-organizacionais para atração de investimentos. Apontamos alguns desses incentivos: a) Flexibilidade institucional para facilitar a intervenção empresarial nas decisões governamentais; b) Parceria com o setor privado para incrementar fatores de competitividade; c) Uso de leis e programas para beneficiar empresas no pagamento de impostos; trata-se da norma que antecede a ação; d) Quanto aos incentivos técnicos, destaca-se aqueles relacionados aos investimentos na área de mineração: a) Levantamento geológico através de mapeamento, pesquisa e prospecção mineral, em diversas regiões do estado; b) Realização de estudos geológicos, atualização e manutenção dos bancos de dados dos projetos: Sistema de Informações Georeferenciais - SIG e Sistema de Informações Geológicas da Bahia – IGB; c) Implantação do laboratório geomorfológico, visando à análise e avaliação de pedras preciosas do estado; d) Realização de estudos de economia mineral.

4 | GOVERNO CÉSAR BORGES (1999 – 2002)

O Governo César Borges iniciou o mandato dando continuidade ao PROBAHIA, mas em 2001 o substituiu pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (DESENVOLVE), com os mesmos princípios, em relação aos incentivos fiscais e instalação de infraestrutura para indústrias e agroindústrias. Dos programas de incentivos

fiscais setorizados, destaca-se o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (PROAUTO), criado através da Lei nº 7.537, de 28 de outubro de 1999. Do PROAUTO surgiu o resultado mais emblemático e repercussivo da política de incentivos fiscais, a saber, a implantação de uma indústria automotiva na Bahia, a qual teria sido o foco da política de atração de investimentos, quando criado o PROBAHIA.

A indústria em questão foi a Ford, instalada no município de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, em 2001. Essa ação foi interpretada, pelo então governador, como o êxito primordial da política de incentivos fiscais. Mas a repercussão não se deu apenas por conta dos “recordes de produção da indústria automotiva da Bahia” (PESSOTI e PESSOTI, 2008, p.44).

Houve, nessa ação, dois outros grandes fatores repercussivos. Primeiro, todo processo que antecedeu a implantação da indústria, o qual envolveu uma disputa federativa sem precedentes no Brasil, devido à competição travada entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Bahia (IBAÑEZ, 2007). Segundo, o uso do território, via implantação de infraestrutura, tendo como pano de fundo o arcabouço normativo, sob a justificativa de alcançar a competitividade produtiva, reconhecida num contexto internacional, conforme Santos e Silveira (2001).

Entre as vantagens fiscais, de acordo com o Lei nº 7.537/99, estavam: a) prazo de fruição do benefício de até quinze anos; b) prazo de amortização de até doze anos; c) carência de até dez anos e, ainda, dispensa da incidência de juros, bem como a de atualização monetária e de outros encargos financeiros sobre financiamentos para capital de giro, que seria concedido no caso de empreendimentos de relevante interesse para o estado da Bahia, o que se aplicava à Ford. Para além disso, adquiriu créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Concordando com Ibañez (2007, p.70)

[...] é triste ver que a Bahia, um estado com extrema dificuldades financeiras e sociais, conseguiu virtuosa soma de dinheiro, para favorecer a Ford e atender interesses políticos corporativos [...]

Constata-se uma verticalização da indústria baiana, com a produção de bens finais, em moldes conservadores, realizada a qualquer custo. Todos os investimentos ou, mais adequadamente, “custos públicos”, - considerando que a insenção fiscal compromete a arrecadação fiscal de estados e municípios –gerados para a atração dessas indústrias, estão alicerçados numa mentalidade governamental histórica e racional, de que o êxito da dinâmica econômica, só pode ser alcançada através da concessão de benefícios fiscais para grandes empreendimentos.

Em 2011, a Revista Fórum denunciava os bilhões que foram doados à montadora, questionando o custo de um emprego. Segundo a reportagem, “cerca de 3 bilhões de reais” foram usados para “abrir vagas para 2 mil empregados”, o que seria “o maior salário da indústria automobilística”, ou seja 1,5 milhão de reais por emprego. Assim, o autor da

reportagem afirma sobre o valor que os “governos estadual e federal”, à época, concederam em “incentivos, renúncias fiscais, investimentos e empréstimos para a instalação da fábrica da Ford em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, durante 15 anos (VASCONCELOS, 2011).

Os programas de incentivo fiscal asseguraram a implantação, mas não a permanência, de indústrias no interior do estado. Exemplo disso foi o anúncio do fechamento das unidades da Ford no Brasil, incluindo a fábrica de Camaçari, após longos anos de benefícios fiscais, isenção de multas, concessão de infraestruturas territoriais a Ford fechou suas unidades no Brasil, inclusive na Bahia, em Camaçari¹. Não se fará, doravante, aqui nesse trabalho, a continuidade da discussão sobre o teor do anúncio da Ford, o objetivo é suscitar, provocar e ampliar as discussões sobre o discurso governamental que enaltee a concessão dos benefícios fiscais como o único caminho para atração de indústrias e demais empreendimentos de grande porte.

É necessário aprofundar o debate sobre o impacto da implantação e do encerramento das atividades industriais, sobretudo as de grande porte, na dinâmica territorial. É urgente que governos municipais e estaduais ao disponibilizarem benefícios fiscais, avaliem e ponderem cuidadosa e profundamente a relação entre os custos (sociais, ambientais, econômicos) e os benefícios (geração de emprego). É imprescindível que a sociedade tenha clareza sobre o que territorialmente é investido, doado, via recursos públicos e o que é gerado, sobretudo de arrecadação, por tais empreendimentos industriais.

É verdade, também, que fortaleceram a base industrial de cidades médias, mas, concordando com Silva e Fonseca (2008), tal base não conseguiu reduzir os desequilíbrios regionais, resolver o “enigma baiano” da tênue integração urbano-regional, nem dinamizar centros urbanos nas regiões mais vulneráveis socioeconomicamente localizadas no semiárido.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de planejamento consolidado na Bahia durante os primeiros três anos após a Constituição Federal de 1988 decorreu não apenas da internacionalização do modo de produção, mas, também, do conteúdo institucional, da opção de um modelo econômico baseado na política de incentivos fiscais, que favoreceu a grande indústria de capital intensivo.

Tendo em vista as relações e contradições existentes em tal modelo aponta-se, pelo menos, três aspectos, a saber: a) a fragilidade do discurso sobre a relação entre os custos (sociais, ambientais, econômicos) e os benefícios (geração de emprego); b) o custo aos cofres públicos no processo de atração das indústrias, sobretudo ao que deixa de ser

¹ Refere-se, aqui, ao anúncio da Ford sobre o fechamento das unidades brasileiras, em 11 de janeiro de 2021, amplamente divulgados pela mídia. Cita-se, aqui, a matéria do jornal Folha de São Paulo, por PITOMBO, 2021.

arrecadado, considerando ISS e IPTU; c) o leilão do território como barganha para um lugar no éden da globalização da economia.

Se do ponto de vista econômico ter uma indústria automobilística representa um privilégio; do ponto de vista geográfico, os incentivos fiscais, concedidos pelo governo, nas diferentes escalas, possuem profundos rebatimentos e custos territoriais, pois se relacionam às regras do jogo para uso do território, em benefício das grandes corporações e pouca integração com as potencialidades locais.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991**. Institui o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>.

BAHIA. **Lei nº 7.537, de 28 de outubro de 1999**. Institui o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia - PROAUTO e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>.

IBAÑEZ, Pablo. **Território e guerra fiscal: a perversidade dos incentivos territoriais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PAIANCASTELLI, M; PEROBELLI, F. **ICMS: Evolução Recente e Guerra Fiscal**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão nº 402. Fev. 1996.

PESSOTI, B. C.; PESSOTI, G. C. **Política industrial ou isenção fiscal? Uma análise da atração de investimentos industriais para a Bahia no período 1991-2006**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano x, n. 18, p. 28-45, dez/2008.

SILVA, S. B. de Mello e; FONSECA, A. **Políticas territoriais de integração e fortalecimento urbano e regional para o Estado da Bahia**. Revista de Desenvolvimento Regional. Salvador, Ba, ano X, n.º 17, p.15-22, jan. /2008.

SILVA, O. A. da. **Recursos hídricos, ação do estado e reordenação territorial: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de ponto novo no Estado da Bahia – Brasil**. Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela, 2008 (Tese de Doutorado).

VASCONCELOS, F. **Caso Ford – a verdade começa a aparecer**. Revista Fórum. Disponível em: encurtador.com.br/gsxN0. Acesso em: 2 de fevereiro de 2021.

PITOMPO, J. P. **Inaugurada há 20 anos, fábrica da Ford de Camaçari foi alvo de disputa entre estados**. Folha de São Paulo. São Paulo, 12 de janeiro de 2021. Disponível em: encurtador.com.br/csBEL. Acesso em: 2 de fevereiro de 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos surdos 6, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22

Análise de SWOT 7, 8

Anos Finais 6, 24, 29, 30, 31, 32, 34, 35

B

Bahia 8, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 205, 206

BNCC 6, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 79, 192

C

Cartografia 64, 75, 78, 79, 81, 82

Centralidade Periférica 102, 105

Cuiabá 8, 24, 28, 34, 48, 75, 76, 82, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 177

D

Desenvolvimento Comunitário 7, 110, 111, 113, 114, 119, 120

Direito à cidade 7, 102, 103, 108, 109

Docência 36, 75, 82, 85, 207

E

Educação 7, 3, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 58, 62, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 99, 101, 102, 103, 104, 108, 139, 157, 187, 188, 191, 192, 195, 207

Educação Especial Inclusiva 7, 83, 84, 85, 90

Ensino 2, 6, 7, 4, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 108, 139, 191, 207

Ensino de Geografia 16, 21, 23, 78, 82, 92, 93, 98, 101

Espacialidade 61, 110, 114, 118

Espaços não-formais 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 73, 74

Estágio 7, 75, 76, 77, 78, 81, 82

F

Fauna 140, 143, 146, 152, 153, 163

Faxinais 7, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Flora 140, 146, 148, 153

G

Geoconservação 6, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47

Geografia Física 74, 79, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99

Goiânia 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 74

I

IFG 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13

Ilhas Atol 8, 155, 156, 159, 160, 161

Incentivos Fiscais 178, 183, 184, 185, 186

L

Lago 7, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

LGBTQIAP+ 8, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205

Livro Didático 6, 37, 38, 41, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 78, 81, 100

M

Memória 8, 13, 30, 167, 169, 176, 177, 207

Migrantes 106, 110, 155, 157, 158, 165

MODIS 122, 125, 126, 137, 138

N

Nível do Mar 8, 143, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 165, 166

O

Oficinas 7, 28, 60, 83, 84, 85, 90

P

Paisagem 2, 5, 6, 7, 9, 13, 38, 41, 59, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 87, 93, 115, 117, 169, 174

PIBID 83, 85, 87, 88, 89, 90

População Negra 48, 56

PROBAHIA 178, 179, 182, 183, 184, 186

R

Relações Étnico-Raciais 48, 51, 52, 53, 56

Relevo 7, 92, 93, 94, 97, 98

Resistência 8, 68, 70, 109, 163, 196, 197, 199, 202, 203, 204

Ressurgência 7, 122, 123, 124, 134

S

São Gonçalo 6, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74

Segregação Socioespacial 7, 102, 103

T

Temperatura 7, 64, 71, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 134, 136, 138, 143, 146, 163, 172

Territorialidade 8, 167, 169, 177

Território 1, 6, 76, 80, 81, 87, 88, 110, 112, 118, 120, 156, 158, 163, 164, 165, 169, 177, 178, 184, 186, 190, 196, 198, 199, 201, 203, 204

Territórios da morte 8, 196, 197, 204

Tratados 62, 86, 155, 163, 164, 165

U

Uso do território 178, 184, 186

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Geografia, Ensino e Construção de Conhecimentos



 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Geografia, Ensino e Construção de Conhecimentos



 **Atena**
Editora

Ano 2021